



9

MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA  
CÂMARA MUNICIPAL  
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO FINANCEIRA E CONTRATAÇÃO PÚBLICA

## CERTIDÃO

----- **Marta Alexandra da Rocha Pereira Gonçalves**, Chefe da Divisão de Administração, Gestão Financeira e Contratação Pública, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Ponte da Barca:-----

----- **Certifica** que na ata da reunião do Executivo, realizada no dia vinte e um de janeiro de dois mil e dezanove, consta, entre outras, a deliberação do teor seguinte: “12.1. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E COMUNIDADES INTERMUNICIPAIS - **Proposta** - Pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve: “TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E COMUNIDADES INTERMUNICIPAIS

### 1) COMUNIDADE INTERMUNICIPAL

Na sequência da publicação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e dos Decretos-Lei n.º 99/2018, de 28 de novembro e n.ºs 101/2018, 102/2018 e 103/2018 de 29 de novembro, está prevista a transferência de competências para as Comunidades Intermunicipais nos domínios da: i) promoção turística; ii) justiça; iii) projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento; iv) e apoio aos bombeiros voluntários. Na reunião do Conselho Executivo da CIM Alto Minho de 8 de janeiro de 2019, realizada em Paredes de Coura, considerou-se que nos domínios da promoção turística (DL n.º 99/2018, 28 de novembro) e no domínio da gestão de projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento (DL n.º 102/2018, 29 de novembro), a CIM Alto Minho, em articulação com os Municípios associados e demais entidades públicas e privadas que atuam nestas temáticas e no território da NUT III Alto Minho, tem vindo a desenvolver um conjunto alargado de atividades que lhe conferem capacidade técnica e de prossecução das competências descritas nos diplomas legais mencionados, sendo prova disso o Plano de Atividades e Orçamento da CIM Alto Minho para o ano de 2019 e as iniciativas previstas no âmbito da operacionalização de PROVERE Minho Inovação, Programa de Ação de Valorização Turística do Alto Minho, Ações coletivas de promoção do empreendedorismo, da inovação e da internacionalização no Alto Minho.

Nesse sentido, aprovou-se, por unanimidade, uma proposta de acordo prévio de todos os órgãos deliberativos dos Municípios que integram a CIM, para a aceitação, no ano de 2019, da transferência de competências apenas nos domínios da i) promoção turística interna sub-regional, em articulação com as Entidades Regionais do Turismo; ii) e da gestão de projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento.

### 2) MUNICÍPIO

No que aos Municípios diz respeito, estabelece a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que a transferência de competências para as autarquias locais se poder fazer de forma gradual até 1 de janeiro de 2021, sendo a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado.

Até 2021, os municípios decidem anualmente quais as áreas que querem chamar a si- podem assumir as novas competências apenas parcialmente, ou mesmo não assumir nenhuma. **Mas em 2021 a transferência torna-se obrigatória.**



**MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO FINANCEIRA E CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

Apesar de a referida Lei-quadro definir o dia 15 de setembro de 2018 como prazo limite para os órgãos deliberativos das autarquias locais e das entidades intermunicipais se pronunciarem relativamente à sua intenção de assumirem as novas competências já em 2019, o legislador faz depender a eficácia da Lei da aprovação dos respetivos diplomas legais de âmbito setorial, acordados com a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Estabelece o mesmo diploma que as competências a serem transferidas para os Municípios são:

**Exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar**- DL n.º 98/2018, de 27 de novembro

**Praias**- DL n.º 97/2018, de 27 de novembro

**Justiça**- DL n.º 101/2018, de 29 de novembro

**Associações de Bombeiros**- DL n.º 103/2018, de 29 de novembro

**Habitação** - DL n.º 105/2018, de 29 de novembro

**Estruturas de Atendimento ao Cidadão**- DL n.º 104/2018, de 29 de novembro

**Vias de Comunicação**- DL n.º 100/2018, de 28 de novembro

**Património imobiliário público sem utilização**- DL n.º 106/2018, de 29 de novembro

**Estacionamento Público**- DL n.º 107/2018, de 29 de novembro

Assim, proponho que:

I) A Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, propor à Assembleia Municipal que delibere que o Município de Ponte da Barca não pretende exercer, no ano de 2019, as competências previstas na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, nomeadamente as seguintes:

Não pretende exercer as competências previstas no Decreto-lei n.º 98/2018, de 27 de novembro, diploma que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar;

Não pretende exercer as competências previstas no Decreto-lei n.º 100/2018, de 28 de novembro, diploma que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação;

Não pretende exercer as competências previstas no Decreto-lei n.º 103/2018, de 29 de novembro, diploma que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários;

Não pretende exercer as competências previstas no Decreto-lei n.º 101/2018, de 29 de novembro, diploma que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da Justiça;

II) A Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal, que se pronuncie sobre a transferência de competências para a entidade intermunicipal, no âmbito do previsto nos seguintes diplomas:

1. Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo n.º 4.º do Decreto-lei n.º 99/2018, de 28 de novembro, diploma que concretiza a transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da promoção turística;
2. Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo n.º 4.º do Decreto-lei n.º 102/2018, de 29 de novembro, diploma que concretiza a transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento;

III) A Câmara Municipal delibere comunicar a deliberação que vier a ser tomada pelas Assembleia Municipal à Direção-Geral das Autarquias Locais e às respetivas entidades intermunicipais, relativamente à proposta de não exercício das competências identificadas no ponto I) assim como o deliberado no ponto II);



MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA  
CÂMARA MUNICIPAL  
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO FINANCEIRA E CONTRATAÇÃO PÚBLICA

19

IV) A Câmara Municipal delibere ainda, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, propor à Assembleia Municipal que delibere que as competências referidas no n.º 2 do art.º 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que se revelem indispensáveis para a gestão direta pelo Município de todos os espaços, vias ou equipamentos e para a execução das missões de interesse geral e comum a todo o Município, determinando consequentemente o superior interesse público, a eficácia e eficiência, que as mesmas se mantenham no âmbito de intervenção do Município, sem prejuízo da manutenção da eficácia dos acordos de execução entretanto celebrados.

Ponte da Barca, 15 de janeiro de 2019

O Presidente da Câmara Municipal

Augusto Manuel dos Reis Marinho”

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a presente proposta. Votou contra a senhora Vereadora do PSD, Maria José Gonçalves, que apresentou a Declaração de Voto que se transcreve: “Declaração de Voto - Votei contra a **proposta de transferência para as autarquias locais e comunidades intermunicipais**, no que concerne ao ponto I) da proposta, com base na seguinte declaração de voto:

Defendendo, por princípio, a descentralização de competências, ciente de que as autarquias locais reúnem condições para fazerem um trabalho de proximidade e de rigor com mais e melhores resultados para as suas populações, neste momento, aceitar a transferência de algumas ou de todas as competências previstas no diploma legal, significa entrarmos num jogo sem que previamente estejam definidas as regras. Na minha opinião significa passar um cheque em branco, o que vai contra os mais elementares princípios que, enquanto autarca, devo respeitar.

Ponte da Barca, 21 de janeiro de 2019

A Vereadora

Maria José Gonçalves”

- Votaram a favor os senhores Vereadores do PS, Ricardo Armada e Sílvia Torres, que apresentaram a seguinte Declaração de Voto: “**DECLARAÇÃO DE VOTO** - Reunião de Câmara de 21/1/2019 - Relativamente à “**TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E COMUNIDADES INTERMUNICIPAIS** o executivo propôs:

1) No âmbito da COMUNIDADE INTERMUNICIPAL a aceitação, no ano de 2019, da transferência de competências apenas nos domínios da i) promoção turística interna sub-regional, em articulação com as Entidades Regionais do Turismo; ii) e da gestão de projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento.

2) No âmbito do MUNICÍPIO chamar a si as seguintes competências:

Praias- DL n.º 97/2018, de 27 de novembro

Habituação- DL n.º 105/2018, de 29 de novembro

Estruturas de Atendimento ao Cidadão- DL n.º 104/2018, de 29 de novembro

Património imobiliário público sem utilização- DL n.º 106/2018, de 29 de novembro

Estacionamento Público- DL n.º 107/2018, de 29 de novembro

Considerando que:

-A descentralização constitui uma condição essencial para o desenvolvimento local e regional, que assegura o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promove a eficiência e eficácia da gestão pública, criando uma maior proximidade com o cidadão;



MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA  
CÂMARA MUNICIPAL  
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO FINANCEIRA E CONTRATAÇÃO PÚBLICA...

-Até 2021, os municípios decidem anualmente quais as áreas que querem chamar a si- podem assumir as novas competências apenas parcialmente, ou mesmo não assumir nenhuma. Mas em 2021 a transferência torna-se obrigatória.

-A proposta apresentada pelo executivo prevê a aceitação de competências que, algumas delas, já vinham sendo assumidas pelo Município, verificando-se assim que a autarquia já reúne condições para continuar a prestar um bom serviço público nessas áreas;

Os Vereadores do Partido Socialista votaram favoravelmente a proposta por entenderem estar reunidas as condições para a transferência da maioria das competências acima referidas, nomeadamente Praias, Estruturas de Atendimento ao Cidadão, Património imobiliário público sem utilização, Estacionamento Público. No que à Habitação diz respeito, os Srs. Vereadores são da opinião que esta competência não devia ser assumida no imediato, pelos seguintes motivos:

- não há uma definição clara a nível dos recursos financeiros a transferir para os Municípios;
- inexistência de previsão nas Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Município de Ponte da Barca para o ano de 2019 de verbas para este efeito;
- ausência de um estudo que fundamente o impacto das transferências das competências na área da habitação para a autarquia ao nível técnico e organizacional;
- falta de clareza na delimitação de responsabilidades e na adequação de meios às necessidades do concelho;
- inexistência de um Plano Estratégico na área da Habitação.

Assim, se são os Municípios que decidem até 2021 as competências que vão aceitar, primeiro deveriam ser assumidas aquelas que já vem sendo executadas pelo município e conseguir tempo e serenidade para preparar o terreno para aceitar as restantes de forma responsável, com certezas e garantias. Depois do alerta dado em reunião de Câmara pelos Vereadores do PS sobre a aceitação de competências em matéria de habitação, ficou claro que há por parte do executivo muita pressa em assumir as competências na área da habitação, mas poucas certezas, poucas garantias e muitas dúvidas. Para os Vereadores do PS seria mais prudente, adiar a assunção desta competência.

Os Vereadores do Partido Socialista

(Ricardo Armada)

(Sílvia Torres)""

----- O referido é verdade.-----  
----- Secção Administrativa e de Expediente, da Divisão de Administração, Gestão Financeira e Contratação Pública, 24 de janeiro de 2019.-----

A Chefe de Divisão, em regime de substituição,

(Marta Alexandra da Rocha Pereira Gonçalves, Dr<sup>a</sup>)